

A VIOLÊNCIA URBANA E O PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA”: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DOS MORADORES

Marcelo Endson

Marina Dias Faria

RESUMO

O presente trabalho analisou os impactos da violência urbana, na continuidade do programa “Minha casa, minha vida” sob a perspectiva dos moradores. O artigo traz como base teórica questões relativas a programas habitacionais e à violência urbana. Quanto aos meios de investigação foi utilizada a pesquisa de campo, entrevistando moradores do projeto (Bairro carioca - Triagem) via WhatsApp, com o intuito de analisar diversas situações que envolvem o problema. A análise dos resultados mostrou que os moradores percebem a violência como muito presente na vida deles dentro do Bairro Carioca – Triagem. Todos os entrevistados demonstraram insatisfação e percepção de abandono por parte do poder público. A violência parece ser um ponto central para que os entrevistados demonstrem insatisfação com o programa “Minha casa, minha vida”.

Palavras-chave: Políticas Públicas, “Minha casa, minha vida”, Violência Urbana

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como principal motivação as evidências da influência da violência urbana no dia a dia das pessoas que participam do programa habitacional “Minha Casa Minha Vida”. Situação essa, pouco noticiada pelos veículos de mídia, e quando reportada, é vista de forma superficial, fazendo com que seu debate seja praticamente nulo (CARDINALLI, 2013).

Em sua história o Brasil tentou por meio de diversas iniciativas e programas sociais erradicar as desigualdades e o déficit habitacional, assim surge a iniciativa do Programa “Minha Casa Minha Vida” (doravante PMCMV), que foi lançado em março de 2009, tendo em vista a construção de 1 milhão de casas para a faixa de pessoas com renda de até 10 salários mínimos (LOUREIRO; MACARIO; GUERRA, 2015).

Para Costa (2008), ao abordar os problemas urbanos em relação às famílias de periferia, foi visto que um dos maiores distúrbios urbanos do Brasil é a violência, visto que o país apresenta altos índices de criminalidade, conforme dados do Ministério da Justiça. Resultados apontam para a ligação da violência com locais específicos da cidade (como os de periferia), tendo-se detectado verdadeiros “territórios de terror” no espaço urbano (espaços de grande vulnerabilidade).

Em paralelo, a dispersão urbana coexiste com uma quantidade elevada de vazios urbanos, que são subutilizadas ou mantidas pelo capital imobiliário para fins especulativos, dificultando assim, o acesso dos moradores ao comércio e serviços cotidianos, como saúde, educação e lazer. É neste cenário que se insere o PMCMV e neste sentido o programa recebe diversas críticas e acusações no sentido de se desconectar das reais necessidades dos moradores. Seja por questões econômicas, que priorizam soluções padronizadas e de baixa qualidade, ou por razões políticas, que apressam a tomada de

decisões e excluem a possibilidade de apropriação pelos futuros residentes. Ainda no que diz respeito a estas críticas tem-se a percepção de que falta participação dos interessados nas decisões mais básicas como, por exemplo os locais nos quais são construídas as habitações, locais estes que muitas vezes são desconectados do tecido urbano. E esta situação fica mais clara pelo não tratamento dos espaços livres dos conjuntos, o que inibe a conservação dos mesmos, deixando-os sujeitos ao abandono ou depredação, além de propiciar o surgimento de conflitos sociais e descaracterização destas áreas, dificultando sua administração (ABREU; FRANCO, 2019). Leite e Sugai (2018) alertam que os maiores empreendimentos do PMCMV, os com mais unidades habitacionais, são os mais afastados, propiciando ainda mais a ocorrência da situação em questão, e mostrando a possibilidade da existência de uma bolha, pouco explorada.

Mesmo diante destas e de outras críticas deve-se salientar que O Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) além de importante instrumento no atendimento à demanda social por moradia digna da população brasileira, também estimula às atividades do setor da construção civil, sendo fundamental para a economia nacional, por sua alta capacidade de gerar emprego, renda e tributos (DIAS, 2013).

Segundo Souza (2013) há uma necessidade de se explicar como estes programas funcionam na prática, quais os objetivos e os resultados obtidos pela população, para assim verificar se de fato os benefícios dados às famílias pelo governo são suficientes de forma integral ao combate a desigualdade social. Adicionalmente, por ser um programa de nível nacional, todas as mudanças e atualizações sobre o projeto possuem grande repercussão, sendo esta na maioria das vezes positiva (fortemente relacionada com o seu ideal), entretanto há um foco apenas em níveis estruturais, políticos e econômicos. Como já mencionado, há uma escassez no debate sobre a satisfação dos moradores diante do projeto.

No que diz respeito a escolha do foco no Rio de Janeiro, tem-se o fato de a cidade ser reconhecidamente uma das regiões mais violentas do Brasil (IPEA, 2019), um exemplo dessa situação são as diversas precauções e privações que os indivíduos tendem a vivenciar durante sua formação social (DOMINGUES; JUNQUEIRA, 2019; MISSE, 2008).

Diante deste cenário faz relevante ocupar o vácuo acadêmicos referente aos impactos da violência urbana neste central programa habitacional Brasileiro. O objetivo do presente trabalho foi: Analisar os impactos da violência urbana, na continuidade do programa “Minha casa, minha vida”, sob a perspectiva dos moradores. Para entender melhor a situação foi apresentada um apanhado histórico sobre os Programas sociais no Brasil,

2.REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Programas sociais no Brasil: um apanhado histórico

Partindo do princípio de que os programas sociais são uma forma de desenvolvimento do núcleo familiar, gerando a diminuição da fome no país, a inclusão social das classes desfavorecidas, a melhoria na educação e na qualidade de vida nas famílias de baixa renda, percebemos a importância do desenvolvimento dos mesmos. Entretanto, o debate em torno das políticas públicas e dos programas sociais é relativamente novo na área dos direitos humanos e no âmbito acadêmico, especialmente nas ciências sociais. No século XX, teorias de enfoque empírico comportamental dos atores políticos e sociais tiveram maior relevância, motivo pelo qual houve uma perda de prestígio da ação estatal. Em função da queda dos países do bloco soviético, da intensa substituição dos polos comunistas e da criação de novos blocos econômicos (como a União Europeia), as instituições enquanto tais ganharam foco em meio as ciências sociais. A necessidade de estudos sobre as políticas públicas estaria

ocorrendo na medida em que se busca a concretização dos direitos sociais (ZIMMERMANN, 2006).

Perante a situação, existe a necessidade de se explicar como estes funcionam na prática, quais os objetivos e os resultados obtidos pela população, além de verificar se de fato os benefícios dados às famílias pelo governo é o suficiente para auxiliar de forma integral e combater a desigualdade social, confrontando o senso comum de parte da população que não compreende esses aspectos e lançam críticas com teor de desprezo aos beneficiários dos programas. Fato agravado pelo ato do governo cobrar impostos da população em geral e repassar às famílias mais pobres por meio de programas sociais (SOUZA, 2013).

Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2001), o país sempre esteve entre os mais desiguais na distribuição de renda do mundo, ocupando o alto do ranking das nações. A partir do início dos anos 2000, contudo, apresenta evidente progresso em seus indicadores econômicos e sociais, sobretudo em relação à concentração de renda e pobreza, procedendo a uma significativa transformação em suas características distributivas, sendo a desigualdade na distribuição de renda e os seus prováveis resultados sobre a pobreza, assunto de estudos no Brasil.

Então, apoiar a consolidação das políticas de proteção social e de garantia de direitos de cidadania, bem como dar transparência às ações governamentais na área social, devia ser um consenso entre a população, na busca pela estruturação definitiva das políticas sociais, e na reflexão para o apontamento de caminhos que conduzam ao amadurecimento institucional das políticas sociais no país (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL).

Historicamente, o Brasil tentou por meio de diversas iniciativas e programas sociais erradicar essas desigualdades e o déficit habitacional. Uma das primeiras ações foi prover habitações para a população de baixa renda, em território nacional, foi a criação da Fundação Casa Popular, no ano de 1946. (SILVA; WICKSTROM, 2014, p.30).

Em um cenário mais atual, o governo Lula iniciado em 2003, se depara com uma política urbana e habitacional repleta de fragilidades financeiras e até mesmo institucional, motivada pelas ações governamentais feitas por Fernando Henrique Cardoso na gestão anterior (como a promulgação do Estatuto das Cidades). Na verdade, os dois governos de FHC apresentaram uma duplicidade de orientação nessa área de política pública, aparentando uma mudança na diretriz da política habitacional com a introdução de mecanismos de mercado. Arretche (1990) em seu artigo define que: “Extinguiu-se o antigo modelo de política habitacional e foi criado um novo, centrado no financiamento ao mutuário final e voltado para a aquisição de imóveis usados”.

Ao longo dos anos foi reconhecido o fato de que moradia é uma necessidade básica de todo ser humano e faz de cada família, independentemente de sua renda, uma demandante em potencial do bem habitação. Diante disso, esquemas de financiamento habitacionais de longo prazo ajudam a diminuir o déficit de habitação e melhoram a vida da população (Fraga, 2019).

Então, durante o período do governo de Fernando Henrique, surgem dois programas sociais de habitação: o Programa de Arrendamento Habitacional (PAR) e o Programa de Subsídio Habitacional (PSH), ambos criados com o intuito de facilitar o financiamento do imóvel. Entretanto, com o fim do mandato de FHC, o presidente Lula tem como uma de suas primeiras medidas a criação do Ministério das Cidades, que integrava a política habitacional com outras mais amplas e necessárias ao desenvolvimento urbano, tais como saneamento, transportes e planejamento territorial. Então, por meio de debates repletos de inovações para com os antigos programas sociais (gestão de Fernando Henrique), é elaborado o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) que apostava no fortalecimento do planejamento democrático das cidades. Assim, após essa reestruturação, a ministra da casa civil Dilma

Rousseff convocou uma reunião com os principais polos da construção civil, e um novo projeto de programa habitacional surge, visto com bons olhos pelo setor, devido o período de recessão causado pela crise financeira internacional. Nesse momento surge a iniciativa do Programa “Minha Casa Minha Vida”, que viria ser lançado em março de 2009, tendo em vista a construção de 1 milhão de casas para a faixa de pessoas com renda de até 10 salários mínimos (LOUREIRO; MACARIO; GUERRA, 2015, p. 1536-1542).

2.2 Violência urbana e as famílias de periferia

O modelo de urbanização vigente no Brasil é resultante do padrão de desenvolvimento espacial e econômico experimentado pelo país, no contexto do sistema capitalista periférico. Ao longo dos últimos anos essa conformação espacial, refletida nos espaços urbanos, assumiu configurações específicas, relacionadas às diferentes etapas do processo de desenvolvimento econômico nacional. Modelo este, que espelhou no meio urbano com o surgimento de espaços segregados, onde residem grandes parcelas da população excluída do sistema de integração econômica e social. Além disso, a política habitacional brasileira não consegue evitar o alastramento maior das cidades, reiterando um processo crescente dessa exclusão para as populações de baixa renda e a ocupação de áreas frágeis ou estratégicas do ponto de vista ambiental. Essas áreas, denominadas de áreas verdes urbanas, exercem um papel fundamental na preservação das cidades e no bem-estar urbano. Todavia, a falta de controle sobre a ocupação dessas áreas estabeleceu um modelo insustentável, que impõe perdas ambientais irreversíveis (Caiado, 1997).

Em paralelo, um dos maiores problemas urbanos do Brasil é a violência, visto que o país apresenta altos índices de criminalidade, conforme dados do Ministério da Justiça. A procura de soluções e medidas de controle da violência é um desafio que necessita uma avaliação de suas diferentes dimensões em termos de possíveis consequências e instruções de ordem social, econômica, política e territorial. Encontrando assim as ações específicas de um lugar e a oferta de oportunidades do mesmo, para a população, e interação desta com as condições sociais e culturais. Dessa relação, resultaria a vulnerabilidade da população jovem, face à violência, no contexto da temporalidade que marca a história do País. Os resultados apontam para a ligação da violência com locais específicos da cidade, tendo-se detectado verdadeiros “territórios de terror” no espaço urbano, (espaços de grande vulnerabilidade) fato esse, que vem acontecendo na grande maioria das metrópoles (Costa, 2008).

A violência urbana revela a sociedade uma face cruel, segregadora e excludente do processo de urbanização brasileira, revelando a existência deste imenso contingente de excluídos, que acabam por ameaçar o falso equilíbrio das grandes cidades (Paiva; Freitas, 2015).

Ao observarmos o modo de vida dos jovens, percebemos que o mesmo é dado pelas condições específicas dos estratos sociais aos quais pertencem, e que determinam meios específicos de inserção social. A representação de que o estilo de vida dos jovens está relacionado ao estrato em que faz parte, contribui para que a juventude mais empobrecida seja olhada como um segmento ameaçador e perigoso. Pois, o convívio com essa realidade da periferia faz com que eles acabem entrando no mundo do crime, seja pela facilidade, falta de oportunidade ou até mesmo ameaças. No entanto, não se pode esquecer que a distribuição proposta nas grandes metrópoles pelo mercado, impulsionou a migração dos pobres para os piores terrenos da cidade, que implica em diferentes processos de segregação, tais como: a periferização; a gentrificação, mudança da classe social de um espaço; ou a guetificação, que causa auto isolamento devido à criação de guetos. Esses processos de segregação podem

também, causar o déficit por ausência, o que aumenta o índice de imóveis abandonados em especial nos grandes centros urbanos (FERREIRA.; MARY, 2014).

Essa dificuldade ao acesso às oportunidades causa o aumento dos riscos de exclusão e dificuldade de inserção, configurando uma injustiça espacial. A criminalidade se favorece da pobreza que se torna funcional para o crime e este contribui para aumentá-la, inclusive gerando novas exclusões pela via da inclusão de jovens pobres no vício e na criminalidade, e no descrédito nas instituições da sociedade organizada. Assim como a violência, outras ações perversas atuam sobre essa bolha populacional. Criam-se, então, os territórios de risco que alimentam as exclusões e a vulnerabilidade. Esta última resultaria da interação entre as condições apresentadas pelo território (estrutura de oportunidades/riscos) e as características sociais, econômicas, culturais e políticas da população local (COSTA, 2008).

Entretanto, ações institucionais incrementais não são suficientes para desenvolver uma política habitacional baseada na gestão democrática e no direito à cidade para todos. O interesse de mercado continua a se sobrepor ao interesse público, dificultando o enfrentamento da questão fundiária. Tais características representam barreiras à concepção da função social da propriedade e dificultam a implementação de uma efetiva política de desenvolvimento urbano integrada e social (CALMON; FERREIRA, 2019).

A mídia no Brasil apresenta narrativas, e modelos de violência que reproduz e potencializa representações segundo as quais, a realidade das cidades palco de uma violência cotidiana, onipresente, periférica, incontrolável, dentre outras características, que limita de certa forma a liberdade de direito do cidadão, privando-o em momentos de situações consideradas de risco, como por exemplo, ao evitar ir à praia com medo de possíveis arrastões (JUNIOR; COSTA, 2016).

É de suma importância incluir no debate em questão, a distribuição das camadas sociais no espaço urbano e a desigualdade de investimentos em determinadas porções das cidades, o que influencia diretamente no “preço” territorial, consequentemente, no exercício do direito à cidade. Já que, além das infraestruturas em si, o elemento que acrescenta qualidade e valorização a um terreno urbano é justamente sua localização, entendida como o acesso a facilidades da vida urbana. Pode-se classificar assim, o Estado como um dos agentes segregadores, pois, as áreas que não são investidas pelo mercado imobiliário consequentemente serão as que terão menor investimento, por parte do agente público, ou seja, o território urbanizado passa a ser favorável principalmente as elites, restringindo uma parcela da população de certas áreas, privando-a das condições básicas de urbanidade ou de inserção efetiva, contribuindo para a desigualdade social e aumento da violência. A gestão urbana assumindo esse papel, de certa forma segregador e excludente na produção do desenho urbano, mostra a necessidade de se formular e discutir as possibilidades de atenuação deste quadro por meio dos seus instrumentos, já que uma possível solução depende primordialmente de um processo de redistribuição de renda, e a definição de um modelo desenvolvimentista econômico, que privilegie as classes menos favorecidas (CAIADO, 1997).

2.3 Políticas públicas de Habitação

Ao colocarmos em foco os governos municipais e estaduais, observamos que seus órgãos internos da administração direta ou indireta participam da implementação do PMCMV por meio de assinatura de termo de adesão com a Caixa. Fato esse, que assegura a cooperação do governo com ações que facilitem a execução do programa, tais como a seleção dos beneficiados, a indicação de áreas disponíveis ou priorizadas para a implantação do programa, iniciativas de isenção de tributos e ainda a execução do “trabalho técnico social”

junto aos beneficiários dos empreendimentos implantados. Para assim, garantir e colocar em prática, direitos que são previstos na Constituição Federal, princípios estes, das Políticas públicas (Loureiro; Macario; Guerra, 2015).

“O PMCMV, por sua vez, tinha a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação de imóveis urbanos ou reforma de habitações, para famílias de 0 a 6 salários mínimos. Para a construção das unidades habitacionais, podiam ser doados, pelos entes federados, terrenos localizados em área urbana consolidada ou em área de expansão, respeitando o plano diretor municipal e instalados equipamentos urbanos pelo poder público local. A seleção dos mutuários é feita por sorteio, com base em critérios definidos pelo Conselho Municipal de Habitação; as tipologias devem observar a legislação municipal, entretanto, a cartilha do Programa determina uma metragem mínima; e é a Caixa que analisa o projeto” (Abreu; Franco, 2019,p.40).

Segundo Andrade (2012), o PMCMV foi lançado em 2009, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e no ano de 2011, sob o governo da ex- presidenta Dilma Rousseff, deu-se a continuidade ao programa. Porém, essa segunda fase sofrera com alterações em alguns itens, com o intuito de melhorar e de se atingir melhores objetivos. Perante tal mudança, criou-se o debate, o programa de modo geral, beneficiou totalmente ou parcialmente de maneira positiva as famílias que mais precisam desse tipo de investimento?

O déficit habitacional ainda é presente, principalmente nas camadas de interesse social. Mas, pode-se concluir que a nova fase, além de melhorar esse problema, acrescentou pontos positivos ao programa, como por exemplo, a implantação dos empreendimentos em terrenos próximos aos centros urbanos proporcionando assim uma melhor infraestrutura, se comparado à primeira fase. Essa versão do programa permanecera por três anos e teve um reajuste nas faixas de renda elegíveis (não mais por salários), aumento do número de unidades habitacionais, assim como melhoria na qualidade e na localização das moradias. Tudo isso, no intuito de atrair o interesse das grandes construtoras em relação à população de interesse social (CONCEIÇÃO; LARANJEIRA, 2018).

Entretanto, desde a primeira versão do Programa, estudos e pesquisas vem demonstrando que estão sendo mantidas antigas práticas de programas habitacionais, assim como, desconsiderados a PNH e o PlaNHab, vistos nos subcapítulos anteriores. “De acordo com a PNH (2009), a política fundiária e imobiliária para habitação, iria partir da adequação dos mecanismos legais federais e locais, como o Plano Diretor, entre outros constantes no Estatuto das Cidades (EC), para definir áreas de interesse para produção e avaliação dos impactos ambientais, legais e sociais dos instrumentos de modo a gerar participação e inserção urbana”. Porém, tal previsão não vem acontecendo, a regularização fundiária para urbanização de assentamentos também não se concretiza, nem a reabilitação de áreas centrais (ABREU; FRANCO, 2019).

A partir de um estudo realizado por Eduardo Leite e Maria Inês Sugai, estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, foi perceptível que ao fazermos um recorte espacial da área conturbada de Florianópolis, Santa Catarina, que engloba os municípios de Florianópolis, Biguaçu, São José e Palhoça, a mancha urbana é contínua e há fortes relações de interdependência entre os municípios, sobretudo envolvendo a circulação dos indivíduos. No caso em questão, os empreendimentos do PMCMV, têm sido construídos nas áreas mais periféricas, sobretudo nos municípios de Palhoça e São José, aumentando o processo de periferização e causando uma espécie de dispersão urbana, já que se possui o aval e apoio do estado, mediante infraestruturas e outros benefícios viabilizados. Em paralelo, a dispersão urbana coexiste com uma quantidade elevada de vazios urbanizados, que são subutilizadas

ou mantidas pelo capital imobiliário para fins especulativos, dificultando assim, o acesso dos moradores ao comércio e serviços cotidianos, com saúde, educação e lazer. “A população residente é obrigada a deslocar-se para outras localidades, impactando nos sistemas de transporte e diminuindo a qualidade de vida”. Percebe-se também que os empreendimentos com mais unidades habitacionais são os mais afastados, validando ainda mais os argumentos em questão (LEITE; SUGAI, 2018).

Voltando o foco para as empresas do setor da construção civil, na prática, elas de princípio devem apresentar propostas e executar os projetos conforme as normas técnicas do programa, e guardam os imóveis pelo prazo de 60 dias após sua conclusão e legalização. Já em relação aos órgãos de controle, eles igualmente compartilham decisões relativas à implantação do programa, para que o TCU, por meio do acórdão nº 2.988/2011, fizesse um conjunto de determinações com o intuito de garantir seu melhor cumprimento, tais como o estabelecimento de procedimentos mais rigorosos de comprovação de renda declarada pelos futuros beneficiários, antes claro da assinatura dos contratos, e a validação, pelos municípios, das exigências de hierarquização e seleção da demanda, previstos em lei. O Tribunal de Contas da União também recomendou ao Controle Geral da União avaliar a possibilidade de incluir a verificação (por sorteio) do cumprimento dessas exigências nas fiscalizações municipais em questão, para assim existir uma gestão qualificada (LOUREIRO; MACARIO; GUERRA, 2015).

Mas o que promove o bom governo? Simplificadamente, diz-se que a qualidade de governança, sendo esta, a capacidade do governo executar e fazer cumprir as regras para fornecimento de bens e serviços. Em razão disso, a governança tem relação com a execução ou, como frequentemente vem ocorrendo, tem recaído dentro do domínio da administração pública, em oposição à política. Por outro lado, ao buscar seu significado em um dicionário, percebe-se que a palavra "governança" se origina da palavra "governo" e implica alguma idéia de condução e controle. Dessa forma, é sensato pensar que governança está relacionada à capacidade de conduzir e controlar um sistema político (CARDOSO; MARENCO, 2019)

No entanto, os órgãos públicos se mantêm debilitados diante das transformações propostas pela PNH e pelo PlaNHab, mesmo após ações de capacitação implementadas pelo Ministério das Cidades, o papel dos outros agentes continua obscuro, em especial, o da CAIXA, que é inacessível, mesmo para os entes do executivo, tornando essa falta de transparência extremamente preocupante. Com isso, a produção do PMCMV se desconecta das reais necessidades dos moradores, seja por questões econômicas, que priorizam soluções padronizadas e de baixa qualidade, ou por razões políticas, que apressam a tomada de decisões e excluem a possibilidade de apropriação pelos futuros residentes, por serem construídos sem a participação dos interessados, em locais desconectados do tecido urbano. Esta situação fica mais clara pelo não tratamento dos espaços livres dos conjuntos, o que inibe a conservação dos mesmos, deixando-os sujeitos ao abandono ou depredação, além de propiciar o surgimento de conflitos sociais e descaracterização destas áreas, dificultando sua administração (ABREU; FRANCO, 2019).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

No que diz respeito a pesquisa de campo realizada optou-se pela utilização de entrevistas com moradores do “Projeto Minha casa, minha vida” (Bairro carioca - Triagem) via WhatsApp. Esta escolha metodológica visou privilegiar a vivência dos moradores no que diz respeito a violência urbana e seus impactos no dia a dia no Bairro Carioca – Triagem.

Sobre as entrevistas realizadas nesta pesquisa exploratória, foi empregado o roteiro semiestruturado elaborado com base na revisão de literatura (TRIVIÑOS, 1987). A seguir estão listados os entrevistados participantes da pesquisa. O seleção destes sujeitos se deu de maneira intencional e por conveniência (CRESSWELL, 2010). Cabe ressaltar que os nomes foram modificados para garantir a confidencialidade dos participantes.

Perfil dos entrevistados (moradores do projeto):

- 1º Entrevistado (Andrei, 19 Anos)
- 2º Entrevistado (Pedro, 19 Anos)
- 3º Entrevistado (Dona Neliana, 40 Anos)
- 4º Entrevistado (Liliane, 25 Anos)
- 5º Entrevistado (Viviane, 40 Anos)
- 6º Entrevistado (Bruna, 32 anos)
- 7º Entrevistado (Davi, 38 anos)
- 8º Entrevistado (André, 40 anos)
- 9º Entrevistado (Neto, 38 anos)

Os dados coletados foram levantados a partir de entrevistas assíncronas (o entrevistador envia as perguntas e o entrevistado responde após um tempo sem que os dois estejam online de forma simultânea). A utilização do WhatsApp se deu principalmente para que os entrevistados se sentissem mais seguros. Flick (2009) aponta a utilidade do WhatsApp como ferramenta de realização de pesquisas online. O autor resalta a importância de garantir aos entrevistados que as mensagens serão apagadas e não repassadas posteriormente.

O tratamento dos dados se deu por meio de análise de conteúdo, técnica importante e com potencial para o desenvolvimento teórico do campo da administração, no sentido de analisar criticamente as controvérsias e as potencialidades do método na pesquisa qualitativa em administração. Trazendo um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (MOZZATO, 2011). A análise de conteúdo deu origem a três categorias estabelecidas a priori no roteiro das entrevistas.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 A presença da violência na rotina dos moradores

Por meio das entrevistas foi possível identificar que existem diferentes tipos de violência vivenciadas no projeto, cinco dos moradores do projeto afirmaram ter sofrido alguma forma de repressão. Andrei de 19 anos, cita exemplos dessa situação:

Um desses locais é tendo que atravessar a linha do trem, só que lá possui uma boca de fumo, logo tem olheiros próximos, teve um certo dia eu indo para o curso o cara armado me para e começa a me fazer um monte de pergunta apontando a arma, dizendo que pareço ser policial(...)Tem vezes que até param para revistar a mochila, às vezes me sinto morando num lugar com policiais invertidos

Tal exposição nos remete ao que foi visto anteriormente na revisão de literatura, sobre a representação de que o estilo vida dos jovens, segundo Ferreira e Mary (2014), está

relacionado ao estrato em que este faz parte, já que o convívio com essa realidade da periferia é diário, demonstrando a facilidade que existe para entrar no mundo do crime, seja pela facilidade e falta de oportunidade, sendo que indivíduos ao escolherem outro caminho fora do “sistema” acabam sofrendo represálias e ameaças, como foi descrito pelo entrevistado.

Outro ponto relevante foi entender como a violência impacta na vida cotidiana dos moradores, esta situação se agrava pelo não tratamento dos espaços livres dos conjuntos por parte do governo, o que inibe a conservação dos mesmos, deixando-os sujeitos ao abandono e causando insegurança para os residentes, além de propiciar o surgimento de conflitos sociais e descaracterização destas áreas, dificultando sua administração, como já foi visto (ABREU; FRANCO, 2019).

A partir dos relatos coletados, constatou-se que todos afirmaram que a violência impacta diretamente nas suas rotinas, comprovando a existência desse descaso e sensação de total insegurança. Além disso, foram mencionados: tiroteios e perda do direito de ir e vir, como pode se perceber na fala de um dos moradores: “A violência na rua, como tiros, atrapalha na hora de sair de casa”

Quando indagados se a violência já fez com que tivesse vontade de se mudar, novamente todos concordaram que sim, já tiveram vontade. Entretanto foi mencionado como principal impedimento: à falta de dinheiro. Uma curiosidade perante as respostas foi a concepção de que para um dos entrevistados, a situação do Rio não tem perspectiva de melhora: “Me mudaria pra São Paulo, continuaria sendo uma cidade grande só que o perigo é bem menor, o Rio está cada vez pior, infelizmente...”. Outro foi mais além: “Sim, de país se possível”.

Segundo Ferreira e Mary (2014), os processos de segregação podem também, causar o déficit por ausência, o que aumenta o índice de imóveis abandonados em especial nos grandes centros urbanos, causado principalmente pelo auto isolamento devido à criação de guetos, fato esse vivenciado pelos indivíduos do projeto.

4.2 A visão dos moradores sobre as políticas públicas de segurança

Ao serem questionados sobre as políticas públicas de segurança feitas no local todos criticaram as ações policiais, no entanto não foram mencionadas questões políticas ou ações fora do meio militar. Nas falas dos entrevistados pode-se observar uma grande insatisfação: “Nunca vi um policial por aqui por perto, a não ser quando tem operação” e “Péssima, pois eles não conseguem tirar o poder paralelo de circulação” e “Ausente”.

Conforme a autora Caiado (1997) demonstrou em sua dissertação, pode-se classificar o Estado como um dos agentes segregadores, pois, as áreas que não são investidas pelo mercado imobiliário consequentemente serão as que terão menor investimento, por parte do agente público, o que acaba restringindo uma parcela da população de certas áreas, privando-a das condições básicas de urbanidade ou de inserção efetiva, contribuindo para a desigualdade social e aumento da violência. A partir dos resultados da pesquisa, é perceptível que o trecho acima retrata a situação dos moradores do projeto, que sofrem uma espécie de abandono em relação ao Estado.

Sob o ponto de vista dos moradores, todos julgaram que tal realidade, seja um problema de segurança pública, como já foi visto, entretanto ao exemplificarem as medidas de policiamento feitas no local, fica evidente o quão grave é a situação, diante da fala de um dos entrevistados: “...ela poderia ser feita com mais frequência, logo com policiamento ostensivo no local não teria a bandidagem”.

Conforme Andrade (2012), nos últimos 10 anos, o governo intensificou os investimentos no PAC (Programa de Aceleração ao Crescimento) que já estava em vigor no Brasil. O projeto tinha como objetivo dinamizar o que vinha acontecendo no setor da construção civil, influenciando no Minha Casa Minha Vida, e de certa forma, na economia brasileira (até ser encerrado pelo atual governo). Entretanto, essa preocupação em expandir cada vez mais o projeto dificultava a administração contínua e a atenção necessária para as unidades já implementadas, gerando questões em relação ao interesse do governo para com o programa. A gestão pública prioriza os interesses econômicos aos sociais? Todo espaço revitalizado necessariamente gera valorização imobiliária que conseqüentemente gera gentrificação? Essas dúvidas mostram a necessidade de se formular, esclarecer e discutir as possibilidades de atenuação deste quadro por meio dos seus instrumentos.

Quando a questão não é sobre o abandono que eles sofrem, nos vemos diante do despreparo e falta de planejamento nas atividades policiais, perceptível na seguinte fala: “...as medidas feitas no local é a pior possível, pois eles entram sem nenhuma estratégia, e depois vão embora levando qualquer um dizendo que pegaram o chefe do tráfico”

4.3 Iniciativas coletivas/ individuais em busca de mais segurança

Assim que foi lançado, o Programa minha casa minha vida incluía, além de argumentos e usos políticos em torno da superação da pobreza, diretrizes explícitas que convertiam atributos técnicos e estéticos em indicadores e precipitadores de mudança social (KOPPER, 2016).

Entretanto, como já foi visto anteriormente tal procedimento não foi seguido à risca, e no objetivo de tentar reverter essas condições, surge a questão perante as atitudes dos moradores e se os mesmos, já se organizaram de alguma forma para deter isso, ou reivindicar melhorias. Então, observou-se que apenas dois entrevistados afirmaram estar cientes de uma forma de organização que partisse da população, esta em forma de manifestações, um deles afirma que: “Sim, em protestos nada pacíficos, solicitando equipes de reportagens, ou seja, não deu em nada”.

Demonstrando certa desesperança, mesmo com a situação sendo exposta. Todavia, a mídia no Brasil apresenta diversas narrativas, e modelos de violência que reproduzem e potencializam representações segundo as quais, as realidades das cidades palco de uma violência cotidiana são retratadas, cabendo também ao governo estar atento com o que se é veiculado nos meios de comunicação (JUNIOR; COSTA, 2016).

Já o outro morador diz: “Só reuniões com o síndico, que quase não aparece”

É necessário observar que qualquer síndico tem um papel fundamental no condomínio e que ao assumir a função ele contrai obrigações, deveres para com seus condôminos. Ele acaba por ser o responsável por tudo que acontece, pela manutenção do condomínio, pelas contas, enfim, por tudo que for de interesse de todos para uma convivência pacífica e salutar, no caso do projeto o síndico demonstra ser de certa forma omissos, impedindo que os moradores tenham um representante para reivindicar melhorias. Os moradores então, deveriam convocar uma assembleia para discutir os fatos na presença do síndico faltoso e quem sabe, se falta grave tiver ocorrido, destituí-lo do cargo, para tal assembleia segundo a Lei é necessário maioria absoluta (50% mais um) desta. Além de tudo, existe o fato de que para o gerenciamento imobiliário é recomendado um treinamento formal, para assim aumentar sua eficiência e eficácia de forma segura e viável, atingindo uma melhor qualidade dos seus serviços em virtude das necessidades dos indivíduos (DOMINGUES, 2004).

Dos que não sabiam de nenhum tipo de organização obteve-se respostas como: “Não,

pelo menos por enquanto”.

Dentre estas, surgira um comentário curioso: “Não, porque a corda sempre arrebenta do lado mais fraco que são os moradores”. Demonstrando um grau de insegurança e medo.

Fica evidente a necessidade da criação de uma iniciativa como fora arquitetada no “Movimento de Luta pela Moradia” (movimento social brasileiro, criado em julho de 1990, no primeiro Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, com representação de 14 estados, e materializou-se depois das grandes ocupações de áreas e conjuntos habitacionais nos centros urbanos). O PMCMV é um bom exemplo de ação autônoma do Estado, porém o programa realiza de forma limitada e precária o acesso à moradia, sendo a indústria de construção civil a principal beneficiária da política habitacional em curso. Ao pegarmos o exemplo de Salvador, quem é exatamente esse público alvo do PMCMV? Os Sem Teto de lá são, predominantemente, filhos dessa cidade, o que significa dizer que eles são fruto do processo histórico de segregação socioespacial, que se ampliou nas últimas décadas. Segundo Mira Nascimento, liderança do Movimento de Luta pela Moradia, “os Sem Teto de hoje são os filhos do êxodo”, dos migrantes das décadas de sessenta, setenta e oitenta que, de forma renitente, construíram Salvador. O fato é que 60,49 % dos Sem Teto nasceram em Salvador, 24,55% vieram do entorno metropolitano e de municípios do interior da Bahia e 5,85% de Pernambuco, Sergipe, Alagoas e de São Paulo. Dos moradores que vieram de outro município ou estado, 81,28 % já residem em Salvador há mais de 5 anos e afirmam ter se deslocado em direção à capital do estado em busca de melhores condições de vida (SANTOS; AFONSO, ROSSI, 2014).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os impactos da violência urbana, na continuidade do programa “Minha casa, minha vida”, no estado do Rio de Janeiro, sob a perspectiva dos moradores, concluiu-se que com a criação PMCMV, foi possível o acesso à casa própria para a população mais pobre, entretanto de forma ambígua, já que apresentaram-se problemas relativos à inserção produtiva dos contemplados, deixando questões estruturais relativas ao acesso a serviços e à terra urbana, colocando em primeiro plano os interesses da indústria da construção civil, setor estratégico no pacto neo-desenvolvimentista em curso no país (Santos; Afonso, Rossi, 2014).

Para entender melhor tal seção, é importante retornar ao capítulo de análise de resultados, onde foi apresentado os dados empíricos, oriundos de um estudo de base qualitativa, e os práticos, originado na pesquisa de campo. Então, até onde pode se concluir, a violência em si impacta fortemente no cotidiano dos moradores do bairro carioca, existindo um sentimento de completa insatisfação e abandono por parte do poder público, sendo os poucos exemplos de iniciativas populares para tentar solucionar o problema de certa forma precárias e desorganizadas (reuniões mal estruturadas, sem o principal representante, e protestos nada pacíficos, trazendo a tona uma questão em alta no contexto político atual, violência realmente se resolve com violência? Bom, no caso do projeto, até o momento foi claramente perceptível que não. Outro ponto importante foi a falta de uma consciência mais política, o Estado sendo visto apenas por meio das instituições militares, talvez pela realidade dos moradores, já que o único contato direto com a máquina pública seja apenas pelos braços das forças armadas. Assim, fica evidente uma clara sensação de impotência diante da situação.

Desta pesquisa foi importante o alerta diante da escassez de estudos sobre a relação/presença da violência nas unidades do projeto. Fala-se com naturalidade que a iniciativa só apresenta vantagens para com os beneficiários, e talvez isso explique, em parte, a pouca atenção reservada a esse campo específico (MISSE, 2008).

Dentro das contribuições teóricas, os Programas sociais no Brasil tiveram uma grande evolução nos últimos anos, entretanto é necessário um debate para demonstrar de forma clara, se os objetivos impostos pelos programas são realmente atendidos.

Sobre a violência urbana e as famílias de periferia, tal relação revela a sociedade uma face cruel, segregadora e excludente do processo de urbanização brasileira, situação essa que evidencia a necessidade do acesso às oportunidades e direitos básicos, para assim diminuir os riscos de exclusão e dificuldade de inserção.

No ponto das políticas públicas de habitação foi visto que é necessário a regularização fundiária para urbanização de assentamentos, além de uma maior transparência com as reais necessidades dos moradores, seja por questões econômicas, que acabam priorizando soluções padronizadas e de baixa qualidade, ou por razões políticas, que apressam a tomada de decisões e excluem a participação do futuro proprietário durante o desenvolvimento do projeto.

Já em torno das contribuições práticas, tal pesquisa pode trazer uma melhora na qualidade de vida dos moradores, pois ao obter o ponto de vista de todos os agentes de um cenário, é possível enxergar o que só o indivíduo de um nicho específico pode perceber, como foi visto nos resultados apresentados.

Na análise feita sobre as contribuições referentes às políticas públicas de habitação e segurança, ficou evidente a necessidade da abertura de um diálogo para com os moradores, e um planejamento contínuo sobre a administração do projeto, para evitar os obstáculos relatados.

Em relação às sugestões para estudos futuros, seria válido também, realizar entrevistas em outras unidades, abordar outros temas em relação ao projeto, fazer a pesquisa em estados menos violentos, entrevistar os moradores pessoalmente dependendo das variáveis (questão da sensibilidade do tema) e analisar o futuro do programa.

REFERÊNCIAS

ABREU, L.; FRANCO, M. (2019) Uma metodologia de intervenção em espaços de convivência de habitações de interesse social do programa minha casa minha vida em São João Del-Rei, MG, Braz. *Aplied Science Reveview*, v. 3 (1), p. 36-51.

ANDRADE, G. (2012), “Políticas Habitacionais Brasileiras: uma avaliação do programa minha casa minha vida em suas duas edições”, Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ARRETCHE, M. (1990). Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional. *Espaço e debates*, 10(31), p. 21-36.

BARROS, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. (2001). A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. *Desigualdade e pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro, IPEA, (Texto para Discussão n.º 800).

CALMON, P.; FERREIRA, G. (2019). Política habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida, URBE. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.11 (1), p. 1-15.

CARDINALLI, M. (2013). Jornalismo Ambiental: Uma Breve Análise da Abordagem na Mídia Impressa. XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

- CARDOSO, A.; MARENCO, A. (2019). Qualidade Burocrática e Performance Estatal: desvendando a caixa preta do município. *Revista de Administração Pública E Gestão Social*, v.4, (11), p.1-21.
- CAIADO, M. (1997). O padrão de urbanização brasileiro e a segregação espacial da população na região de campinas: o papel dos instrumentos de gestão urbana, XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP.
- CONCEIÇÃO, A.; LARANJEIRA, F. (2018). Déficit habitacional nas camadas de interesse social: um olhar sobre as políticas públicas de habitação no brasil e no programa minha casa minha vida (PMCMV), *Revista Cultural e Científica do UNIFACEX*. v. 16 (2).
- COSTA, I. (2008). Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades, Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG.
- CRESWELL, J. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3.ed.- Porto Alegre : Artmed, p.21, 2010
- DIAS, E. (2012) Do Plano Real ao Programa Minha Casa, Minha Vida: Negócio, votos e a reforma da habitação. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre em Ciências Políticas. Orientadora Marta Teresa da Silva Arretche.
- DOMINGUES, D.; JUNQUEIRA, M. (2019) “Mais uma vítima”? Discurso do medo no Rio de Janeiro e a negação da dimensão simbólica da morte de Marielle Franco. *Dignidade Re.Vista*, v.4 (7), p.33-47.
- DOMINGUES, J. (2004) Roteiro de informações gerenciais para administração condominial baseado no perfil dos síndicos e administradores. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Orientador Miguel Fiod Neto.
- FERREIRA, L.; MARY, J. (2014). Violência e inserção social do jovem de periferia urbana, *Psicologia Teoria e Prática*, v. 16 (3).
- FLICK, U. (2009) *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed. 3 Edição.
- FRAGA, L.; VIEIRA, K. (2019). Retrato da inadimplência dos beneficiários da Faixa 1 do “Minha Casa, Minha Vida”: análise da associação da inadimplência com variáveis socioeconômicas e de gerenciamento financeiro. *Administração Pública E Gestão Social*, v.11(3) p.1-24.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (2019). Atlas da Violência dos Municípios Brasileiros. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190802_atlas_d_a_violencia_2019_municipios.pdf. Acessado em: 23 de junho de 2020.
- JUNIOR, S.; COSTA, A. (2016). Enquadramentos e representações sociais da violência urbana na imprensa da amazônia paraense, *Revista do programa de pós-graduação em comunicação social faculdade de comunicação e artes da Puc Minas*, v. 1(5), p.111-127.
- KOPPER, M. (2016) “Minha casa, minha vida”: Experts, sentidos de classe e a invenção do mercado da casa própria no Brasil contemporâneo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v 22 (45), p. 185-215.

- LEITE, E.; SUGAI, M. (2018) Minha Casa Minha Vida: periferação, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis, *Cad. Metrop.* [online]. 2018, v.20 (41).
- LOUREIRO, M.; MACARIO, V.; GUERRA, P. (2015). Legitimidade e efetividade em arranjos institucionais de políticas públicas: o Programa Minha Casa Minha Vida, *Revista de Administração Pública*, v. 49(6), p.1531-1554.
- MISSE, M. (2008) Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Revista de Ciências Sociais*, v. 8 (1).
- MORAES, R. (1999) Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22 (37), p. 7-32.
- MOZZATO, A. (2011) Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15 (4).
- PAIVA, L.; FREITA, G. (2015). Ecos da violência nas margens de uma sociedade democrática: o caso da periferia de Fortaleza, *Sociedade E Cultura*, 18(2).
- SANTOS, M.; AFONSO, R.; ROSSI, S. (2014) O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Direito à Moradia - a experiência dos Sem Teto em Salvador. *Organização e Sociedade*, v.21 (71).
- SILVA, C.; WICKSTROM, T. (2014). Dinâmica dos financiamentos habitacionais nos municípios do Rio Grande do Sul de 2006 a 2010: uma avaliação do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, *Rev. Adm. Pública*, v. 48 (1).
- SOUZA, F.; SIMON, J. (2013). A importância dos programas sociais para as famílias de baixa renda. *Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel*, Paraná, v.19(1).
- TRIVIÑOS, A. (1987) *Introdução À Pesquisa Em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora, Atlas.
- ZIMMERMANN, C. (2006). Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: O Caso do bolsa família do governo Lula no Brasil, *Sur, Rev. int. direitos humanos*. v. 3(4).